

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA ARMADA NO COTIDIANO DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DE FORTALEZA

Laisa Forte Cavalcante

Mestre em Psicologia

Universidade Federal do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1827305975624111>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6523-847X>

E-mail: laisacavalcante9393@gmail.com

Larissa Ferreira Nunes

Mestre em Psicologia

Universidade Federal do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6245327566545558>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

E-mail: larissafnpsico@gmail.com

Isadora dos Santos Alves

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1572145905887956>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4498-051X>

E-mail: isadorasalvees@gmail.com

Carla Jéssica de Araújo Gomes

Graduanda em Psicologia

Universidade Federal do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9684612126688971>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6979-2646>

E-mail: carlajessicagomes879@gmail.com

João Paulo Pereira Barros

Doutor em Educação

Universidade Federal do Ceará

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0351156693555523>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

Dossiê

Recebido em: 02 de Agosto de 2021

Aceito em: 27 de Setembro de 2021

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos psicossociais da violência armada nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens moradores de territorialidades periféricas da cidade de Fortaleza. Trata-se de um desdobramento de uma dissertação de mestrado, orientada pela perspectiva da pesquisa-intervenção, à luz do método da cartografia, realizada com estudantes de uma escola pública de ensino médio de uma periferia da capital cearense. Para a construção dos dados, as ferramentas metodológicas utilizadas foram o dispositivo-grupo e a produção de diários de campo dessas atividades. Os resultados apontam que os principais efeitos da violência armada no cotidiano de nossos(as) interlocutores(as) são a dificuldade de circulação pela cidade, por conta do domínio exercido por grupos criminosos nos territórios e os conflitos decorrentes da disputa entre esses grupos, e a violência policial, sustentada por lógicas punitivas racistas e genderizadas. Concluiu-se, com este estudo, que tais problemáticas, influenciadas por marcadores sociais de classe, raça, gênero e geração, atuam na vulnerabilização, exclusão e extermínio dessas juventudes.

Palavras-chave: Juventudes. Violência armada. Efeitos psicossociais.

PSYCHOSOCIAL EFFECTS OF ARMED VIOLENCE ON THE DAILY LIVES OF YOUNG PEOPLE FROM THE OUTSKIRTS OF THE CITY OF FORTALEZA

This article aims to analyze the psychosocial effects of armed violence on the life trajectories of adolescents and young people living in the outskirts of the city of Fortaleza. It is an unfolding of a master's thesis, guided by the perspective of research-intervention, in the light of the cartography method, carried out with students from a public high school on the outskirts of the capital of Ceará. For data construction, the methodological tools used were the group device and the production of field diaries of these activities. The results show that the main effects of armed violence in the daily lives of our interlocutors are the difficulty of getting around the city, due to the domain exercised by criminal groups in the territories and the conflicts arising from the dispute between these groups, and police violence, supported by racist and gendered punitive logics. It was concluded, with this study, that such problems, influenced by social markers of class, race, gender and generation, act in the vulnerability, exclusion and extermination of these youths.

Keywords: Youths. Armed violence. Psychosocial effects.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento da dissertação intitulada “Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza”, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC). Esta investigação teve como interlocutores(as) estudantes de escolas públicas do território do Grande Bom Jardim (GBJ), em Fortaleza-CE, os quais, em suas narrativas, destacaram as transformações das dinâmicas da violência armada no Ceará e

os aspectos relativos aos efeitos psicossociais desse contexto em seus cotidianos. Dessa forma, temos como pergunta norteadora da pesquisa: Que efeitos psicossociais emergem nos cotidianos de jovens de territorialidades escolares periféricas de Fortaleza atravessados pela violência armada? Como objetivo, perspectivamos analisar efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de jovens de territorialidades escolares periféricas de Fortaleza.

Nosso interesse nessa temática advém de uma outra investigação: “Violência armada na cidade de Fortaleza e suas consequências humanitárias”, em que parte das autoras atuaram enquanto pesquisadoras, cuja realização deu-se em territórios vulnerabilizados de Fortaleza que apresentam altos índices de homicídios e viabilizou-se através de uma parceria entre o Instituto OCA, o CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o VIESES-UFC. Nos territórios pesquisados, observou-se o impacto da violência armada no acesso e na utilização de determinados equipamentos sociais pelos moradores, como a escola pública, que, dentre estes equipamentos, foi o espaço mais afetado, tendo interrupções em seus calendários letivos e alunos impedidos de frequentar as aulas, além de sofrerem ameaças (CAVALCANTE; ALTAMIRANO, 2019).

Diante do aumento das estatísticas de violência letal intencional no Ceará, sobretudo a que vitimiza adolescentes e jovens, neste artigo tomamos a violência armada em sua centralidade para analisar efeitos psicossociais nos cotidianos de adolescentes e jovens moradores de bairros tidos como periféricos na cidade de Fortaleza (NUNES, 2020; CAVALCANTE, 2021). Segundo o Atlas da Violência de 2020 (CERQUEIRA *et al.*, 2020), em 2018 ocorreram 57.956 homicídios no Brasil. Destes, 30.873 foram cometidos contra jovens, o que representa cerca de 53% do total (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Ainda que esses índices sejam alarmantes em relação ao ano anterior, 2017, houve um decréscimo nos índices tanto de jovens quanto da população geral, tendo como a principal *causa mortis* armas de fogo e a população masculina de jovens as principais vítimas (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Observa-se, ainda, que há um recorte interseccional diante dessas mortes, visto que, em sua maioria, são jovens (recorte geracional), de cor parda ou preta (recorte racial) e pobres (recorte de classe) (BARROS *et al.*, 2019).

O estado do Ceará também concentra uma parcela notável de vítimas de homicídios ocasionados por armas de fogo, ocupando o 3º lugar no Brasil em taxas de homicídios provocados por esse tipo de arma. Em termos proporcionais de pessoas assassinadas, o estado acaba se posicionando em 2º lugar no país. Um outro dado significativo a ser destacado é que os homicídios praticados com armas de fogo registraram um aumento de 254% entre os anos de 2007 e 2017 no Ceará. Somente em 2017, a proporção de pessoas assassinadas no estado

com a presença de armas de fogo foi de 86,5% (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2020b). A partir de tais estatísticas, observamos que o Ceará e a sua capital, Fortaleza, estão entre os territórios mais afetados pelas dinâmicas da violência armada e da violência letal no país, sobretudo contra jovens negros e de periferias.

Nesse sentido, é importante trazer os conceitos de “efeitos psicossociais” e de “violência armada” à discussão, visto que são noções-chave nesta presente produção. Sobre o primeiro, guiaremos-nos pela concepção de Guerra (2019) ao discutir princípios teórico-políticos para intervenções com as juventudes e suas intersecções entre violência e efeitos psicossociais:

Sobre os efeitos psicossociais, desenvolvemos uma composição que carece ser entendida em sua lógica interior. Tomamos a subjetividade como estando em continuidade com a política, ainda que pelo seu avesso. Basta imaginarmos uma fita com dois lados: no superior, a subjetividade, no inferior, a cidadania. Não faz diferença qual dimensão se aloca em qual banda da fita, pois, ao produzirmos nessa fita uma torção e colarmos suas pontas, o avesso se torna o direito e o direito se torna o avesso, conforme deslizemos os dedos sobre ela. Dessa maneira, podemos entender o “psicossocial” como essa relação lógica de continuidade, na qual aquilo que afeta uma dimensão produz efeitos na outra, mesmo que de maneira não homóloga nem equivalente (GUERRA, 2019, p. 138).

Dialogando com a autora, podemos pensar efeitos psicossociais enquanto impactos contundentes e colaterais que afetam juventudes e produzem modos de subjetivação em territorialidades que apresentam maior presença de um estado penal em detrimento do estado garantidor de direitos. Ao fazermos essa leitura a partir de Wacquant (2007) acerca da administração e penalização da pobreza, tem-se em manutenção o Estado-Centauro, em que a cabeça disposta sobre a ideologia neoliberal e o corpo sob a perspectiva autoritária corroboram o caráter punitivo sobre populações-alvo. Contribui-se, assim, para uma exacerbação da violência armada, delineando elevados índices de homicídios mediante a produção de corpos matáveis (BARROS, 2019).

Sobre a violência armada, a entendemos como um desdobramento da violência urbana, tratando-se de um conjunto de ações praticadas por sujeitos armados em contexto de violência exacerbada. Especificamente no contexto urbano da capital cearense, atuam grupos criminosos organizados, fazendo uso intencional da força através de armas de fogo contra indivíduos, outros grupos ou contra o Estado, a fim de obter controle de territórios e/ou de pontos de comércio de drogas. Além disso, medidas de controle social e restrições de circulação e trânsito impostas às populações estão entre ações corriqueiras nessas dinâmicas da violência armada (HAMANN-NIELEBOCK; CARVALHO, 2008; CAVALCANTE; ALTAMIRANO, 2019).

Entretanto, esse poder necropolítico¹ sobre a vida e morte da população, anteriormente do Estado, ocorre em diferentes dimensões, inclusive pelo exercício performático da polícia.

Para articular tal discussão, utilizamos como referencial teórico de base autores e autoras da Psicologia Social que versam sobre juventudes, violência urbana e modos de subjetivação, junto à perspectivas feminista e decoloniais. Tomamos a cartografia como *ethos* de pesquisa-intervenção para habitar essa territorialidade escolar de jovens periféricos² (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014). Como ferramentas de co-produção de dados, utilizamos grupos de discussão e diários de campo. Por fim, a análise ocorre sob a égide da cartografia.

Este artigo está dividido nas seguintes seções: percurso metodológico e duas seções de resultados e discussão - a primeira relacionada às restrições na mobilidade urbana e dificuldades de acesso a equipamentos e serviços em decorrência do cenário de violência armada presentes sobretudo em territorialidades periféricas, e a segunda referente a abordagens policiais violentas principalmente com jovens estudantes negros(as) moradores(as) de periferias. Por fim, apresentaremos as considerações finais como ponto de arremate da discussão.

PERCURSO METODOLÓGICO

Tipo de pesquisa: A Cartografia como ethos de Pesquisa-inter(in)venção

Trata-se de uma pesquisa-intervenção aliada ao *ethos* da cartografia, por nós entendida como pesquisa-dispositivo que convoca o(a) interlocutor(a) à produção da pesquisa, rompendo, assim, com a lógica separatista e a hierarquia das ciências mais tradicionais. Em uma pesquisa-intervenção, conhecer a realidade se faz no acompanhamento do seu processo de constituição, e, para isso, é necessário que o(a) investigador(a) mergulhe no plano da experiência da realidade vivida por seus interlocutores (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014).

Nesta investigação, ao acessar o plano da experiência compartilhada nos dispositivos grupais com estudantes de ensino médio de uma escola pública de periferia, foi possível analisar o plano coletivo de forças que formula e sustenta a violência armada em periferias de Fortaleza,

¹ Necropolítica é uma categoria postulada por Achille Mbembe (2017) para designar o uso do poder pessoal, social e político na formulação de dispositivos de fazer e deixar morrer determinadas populações.

² Utilizamos aqui o termo “jovens periféricos” para designar diferentes juventudes que habitam periferias urbanas, não somente geográficas, mas aquelas marginalizadas no tocante ao acesso à recursos e direitos básicos.

e, sobretudo, refletir e complexificar debates em torno dos efeitos psicossociais da violência armada em cotidianos de jovens que são atravessados pelo racismo e pela desigualdade social. Traremos trechos de falas e acontecimentos dos processos acompanhados junto a nossos interlocutores registrados em diários de campo como cenas analisadoras para pensar sobre alguns efeitos psicossociais dialogando com autores(as) do campo da Psicologia Social que discutem sobre juventudes e também autores(as) críticos(as) à colonialidade.

Locais e participantes do estudo

Os resultados apresentados neste escrito foram produzidos a partir de dispositivos grupais com alunos(as) da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Senador Osires Pontes ao longo de 2019. Os(as) estudantes tinham entre 15 e 18 anos e, em sua maioria, se autodeclaravam negros(as). A inclusão dos(as) adolescentes se deu a partir do interesse deles(as) em participar de oficinas desenvolvidas pelas autoras na referida escola. A EEMTI Senador Osires Pontes se localiza no bairro Canindezinho, um dos bairros que integram o território do GBJ, região sudoeste da cidade de Fortaleza, que apresenta altos índices de homicídios contra adolescentes e jovens (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2020b). Essa instituição compõe o Fórum de Escolas pela Paz do GBJ³, importante coletivo que atua na luta por direitos de jovens no GBJ, e foi escolhida a partir da pactuação do Fórum de Escolas com ações de extensão do VIESES-UFC, visto que a escola estaria localizada em uma região com altos índices de homicídios e conflitos armados.

Ferramentas metodológicas

Utilizamos como ferramentas metodológicas o dispositivo grupal e a produção de diários de campos. Em relação aos dispositivos grupais, estes foram realizados com alguns estudantes de ensino médio, do primeiro e segundo ano, da EEMTI Senador Osires Pontes ao longo de 2019. No primeiro semestre, realizamos oficinas que transversalizavam a temática “Medo da violência, como ele se movimenta e os modos de enfrentamento ao medo”; tal

³ O Fórum de Escolas pela Paz do GBJ é uma organização composta por profissionais da educação, parcerias locais e institucionais que surgiu em 2012 da articulação entre professores e gestores de 12 escolas da rede estadual para debater estratégias conjuntas de enfrentamento às implicações da violência armada nas escolas do território. A escola Osires Pontes faz parte deste coletivo e a proposta de intervenção nos dispositivos-grupais junto aos estudantes se deu a partir da pactuação de ações de extensão do VIESES-UFC com o Fórum de Escolas pela Paz desde 2018 e que possibilitou a realização da dissertação em questão (CAVALCANTE, 2021).

questão surgiu ao longo das intervenções das ações de extensão do VIESES-UFC no ano anterior (2018). No segundo semestre de 2019, a fim de darmos continuidade ao trabalho junto aos estudantes, pactuamos junto à coordenação e aos adolescentes a temática geral “Juventude, saúde e arte”, com enfoque em práticas de cuidado e nas potências de resistências diante dos efeitos da violência armada que impactam os cotidianos dessas juventudes.

Diante disso, tomamos a noção de dispositivo-grupo a partir da perspectiva cartográfica como uma espécie de “nóvelo”, um emaranhado multilinear constituído por diferentes linhas de naturezas heterogêneas. Dispositivos grupais, dessa forma, são “máquinas de fazer ver e falar” (DELEUZE, 1990; BARROS, 1997) que nos possibilitam realizar intervenções mobilizadoras de transformação no instituído, inventivas, ultrapassando o caráter representacional, construindo “campos de relações inéditas, que permitam o surgimento de novas experiências” (CAVAGNOLI; MAHEIRIE, 2020, p. 68). Em nossas experiências naquele contexto escolar, as oficinas puderam tecer linhas de visibilidade, enunciação e subjetivação nos discursos dos estudantes sobre seus cotidianos impactados pelos efeitos da violência armada, mas também permitiram compartilhamento de suas vivências, produção de cuidado coletivo e possibilidade de elaboração subjetiva diante de alguns sofrimentos que também eram comuns.

Por fim, os diários de campo foram utilizados nos momentos de grupos com os(as) estudantes. Estes manuscritos nos possibilitaram realizar uma análise de implicação que permeou todo o processo de investigação. Partimos do entendimento de Diário de Campo enquanto uma narrativa implicada que relata de modo denso e encarnado acerca dos processos que acompanhamos nessas cartografias ao nos inserirmos nos territórios (BARROS; PASSOS, 2009; SILVA, 2019). Compuseram-se de narrativas descritivo-reflexivas, em que se destacaram nossas implicações e o plano coletivo de forças que operaram nos dispositivos grupais (BARROS; SILVA; GOMES, 2020). Compreendemos, dessa forma, que a escrita dos diários de campo, a partir de nossas inserções nos territórios existenciais da pesquisa com os estudantes, ampliaram o olhar da pesquisa participativa, em que intervir é tensionar e produzir deslocamentos em nosso fazer-pesquisa com nossos(as) interlocutores(as).

Análise de dados e aspectos éticos

Para análise desses dados co-produzidos em várias mãos, já que partimos de uma pesquisa com jovens e sobre o plano comum, inspiramos na cartografia como forma de analisar esses dados (BARROS; BARROS, 2013). As narrativas de modo geral, sejam dos(as)

estudantes no grupo ou mesmo das autoras na construção dos diários de campo, tornaram-se um dispositivo em que cenas anunciam diferentes níveis de diferenças, produções de subjetividades e revelam o agenciamento de opressões e privilégios no reconhecimento de uma humanidade desigual e nas interpelações do gênero.

É importante destacar que a investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, sob o parecer nº 4.037.603.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Eu não posso mais andar lá”⁴: Restrições da mobilidade urbana e dificuldades de acesso a equipamentos sociais em decorrência da violência armada

Um dos efeitos mais contundentes que emergiram em diálogos e grupos com nossos(as) interlocutores(as) e que analisamos refere-se à restrição da mobilidade urbana vivenciada por jovens e dificuldades de acesso a equipamentos sociais importantes, como a escola. Essa impossibilidade de mobilidade urbana foi visto em quase todos encontros do grupo, conforme algumas falas a sensação de menor segurança, o crescimento no número de adolescentes assassinados e a presença marcante da violência armada nas periferias de Fortaleza, trouxeram efeitos adversos às juventudes, como assim é relatado por um dos adolescentes: “A violência aumentou muito, não é todo lugar que a gente pode ir, viu? E é um direito da gente andar em todo canto” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019).

Desde meados de 2015, tornou-se habitual o discurso sobre o domínio exercido por facções criminosas em Fortaleza, em que estas controlam territórios para manter ativos mercados ilegais como os de drogas (BARROS *et al.*, 2019; PAIVA, 2019). Dessa maneira, a restrição de mobilidade urbana está intimamente atrelada aos conflitos territoriais ocasionados por esses grupos criminosos que, paulatinamente, se fortalecem e controlam mercados de drogas ilícitas no Ceará (BARROS, 2019).

Nesse sentido, apresentou-se como efeito concreto e significativo no cotidiano dessas juventudes a dificuldade de transitar nos territórios (NUNES, 2020; CAVALCANTE, 2021), não sendo incomum, por exemplo, a abordagem das facções, ou de policiais da região, interromperem a livre circulação de pessoas dentro de determinados territórios, os quais são,

⁴ Parte da narrativa de uma jovem acerca da mudança em sua rotina em decorrência de restrições na mobilidade urbana relacionadas às dominações territoriais de facções.

muitas vezes, marcados por conflitos e disputas constituintes das dinâmicas da violência armada. Ser ameaçado, retirado da rota que seguia e de circulação no território foram algumas das questões mais levantadas nas falas dos(as) jovens, denotando um cenário de intensa e cotidiana violação dos direitos de ir e vir, além do contundente prejuízo no acesso a equipamentos sociais, políticas públicas e espaços de convivência comuns.

Os prejuízos relatados na relação com o território na cidade de Fortaleza, sobretudo vinculados às dificuldades de acesso a alguns serviços, circunscreveram, em diversos momentos, as narrativas de nossos(as) interlocutores(as), delineando efeitos perversos das dinâmicas da violência, que incidem, de modo intensificado, em territórios periféricos e invisibilizados pelo Estado. Invisibilizados no que se refere à ação de políticas sociais, contudo, amplamente visibilizados a respeito de políticas ostensivas de policiamento e segurança que operam em uma lógica punitivista-penal.

Ao que parece, diante dessa sensação contínua de aprisionamento e do conflito bélico, mesmo não sendo integrantes de facções, as juventudes têm sido lidas como possíveis pertencentes a essas organizações criminosas. Em nossa análise, a correlação deturpada entre a vida juvenil e a condição de suspeição desta ocorre em três situações: por ele(as) residirem no bairro dominado por uma das facções; por eles(as) se batizarem, ou seja, se filiarem a uma delas; e por venderem produtos ilegais, como drogas, ou praticarem atos ilícitos, como furtos e roubos, levando ou não à institucionalização. Isso faz com que eles(as) vivenciem uma espécie de “medo à espreita” constante de serem sequestrados(as), torturados(as) e/ou assassinados(as). Em relação a esses dois últimos, é relevante destacar que essa sensação é também vinculada a ampla divulgação em redes sociais de cenas de tortura seguida de assassinato de adolescentes e jovens mulheres, o que se tornou comum nas tramas da violência de Fortaleza e região metropolitana (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Nesse sentido, os prejuízos na relação com o território ressaltam-se expressivamente nas narrativas de nossos(as) interlocutores(as) sobre mudanças no cotidiano por conta da violência, principalmente em relatos como o dos(as) estudantes: “Ei, tia, a gente perde muita coisa: curso, emprego, por conta de onde a gente mora, por ser muito perigoso” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019). Em decorrência dessa dinâmica, Oliveira (2018) apresenta que cerca de 3% dos alunos de uma das maiores escolas de um território periférico de Fortaleza já tiveram sua rotina de aprendizado afetada de forma direta pelas dinâmicas da violência armada e, particularmente, pela questão dos limites territoriais impostos por organizações ligadas ao tráfico de drogas.

Segundo a fala de um dos nossos interlocutores, alguns jovens com quem ele estudou precisaram abandonar a escola pois moravam distante e, no trajeto casa-escola, eram ameaçados

por membros de facções caso não ingressassem na organização: “Conheço muitas pessoas que saíram da escola pra entrar no crime” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019).

Dessa forma, o direito à educação é amplamente comprometido nesses espaços, o medo pode prevalecer e a evasão aparece como uma das consequências mais recorrentes dessas dinâmicas. Em face disso, as condições de matabilidade pelas quais os jovens de territorialidades periféricas já estão revestidos (MBEMBE, 2017) são intensificadas e legitimadas, uma vez que, fora do contexto de escolarização formal, suas vidas e perspectivas de futuro são drasticamente banalizadas e reduzidas.

Além disso, tais processos de territorialização marcados pelo domínio das facções e pela violência transversalizam quase todas as periferias de Fortaleza, e, dessa maneira, o simples trânsito no interior do próprio bairro torna-se um problema consolidado o qual redimensiona a rotina dos jovens moradores, que precisam se atentar, estar em alerta, tomar uma série de cuidados e obedecer regras (BARROS *et al.*, 2018). Passos e Carvalho (2015) indicam relações entre essa realidade e um “viver acuado”, as quais seriam traduzidas em sensações de medo e acuoamento permanentes na vida de certos segmentos juvenis habitantes desses contextos estigmatizados. A narrativa de uma jovem na territorialidade escolar ilustra bem esse ponto: “Nem sempre é assim, às vezes você ‘tá de boa’, não é *envolvido* com nada e mesmo assim tem medo de andar na rua, a polícia te para só pelo jeito que tu anda e tá vestido” (DIÁRIO DE CAMPO, 24/04/2019).

Destacamos que essa restrição vai além do acesso a bens e oportunidades, também envolve a movimentação entre territorialidades, fenômeno que já era observado mesmo anterior ao advento dos coletivos criminais, regionalmente conhecidos como “facções”, visto que já existia uma segregação espacial direcionada a sujeitos que residiam em bairros periféricos. Historicamente, essa segregação ocorre assimetricamente, a exemplo de pessoas pobres e negras que foram relegadas para as margens urbanas e longe dos olhares das camadas burguesas brasileiras: “a negritude vem coincidir não apenas com o “fora”, mas também com a imobilidade” (KILOMBA, 2019, p. 62).

Tais cenários de violação de direitos básicos de existência, segregação socioespacial, dificuldade no trânsito pela cidade e no acesso a políticas públicas revelam efeitos perversos que a complexa dinâmica da violência urbana, possível graças ao abandono estatal e ao conseqüente favorecimento da presença das facções no território (BENÍCIO *et al.*, 2018), assujeita algumas trajetórias juvenis. Tal processo escancara e agrava a fragilidade das redes de proteção às juventudes e as lacunas de programas e políticas permanentes voltadas a esse

segmento, além de favorecer a cooptação desses mesmos jovens por grupos criminosos operantes da lógica do controle territorial e/ou da vitimização por homicídio.

Em suma, o prejuízo na relação com o território e suas nuances, nesse cenário, intensifica o processo de precarização da vida, condição politicamente induzida na qual a existência de sujeitos é destituída de importância e possibilidade de vida (BUTLER, 2018) e à qual tais juventudes já estão subjugadas devido à ausência estatal no tocante à políticas garantidoras de direitos e à ampla presença de políticas ostensivas e militarizadas de segurança (BARROS *et al.*, 2018). Sob esse operante, os trajetos de ida e retorno da escola, os caminhos a equipamentos de saúde (TÚLIO; PAIVA, 2018), assistência e lazer, as diversas maneiras de ocupar a cidade demarcam formas de viver o território e o cotidiano acompanhadas pelo medo de abordagens policiais (inclusive sem fardamento), que as colocam sob o signo da suspeição e do perigo (BARROS, 2019), e/ou das facções, que operam sob a lógica da dominação territorial, das ameaças e da eliminação em caso de desobediência aos limites impostos (PAIVA, 2018).

“Tu acha que tu volta se a gente te levar?”⁵: A Violência Policial cotidiana encarnada nas narrativas de jovens de territorialidades periféricas

A violência armada aponta também um outro efeito psicossocial que foi mencionado com frequência pelos jovens: a forte presença da violência policial em suas trajetórias. Tal efeito advém de uma instituição que deveria garantir qualidade de vida e segurança - a polícia -, mas, ao contrário, a lógica punitiva permeada pelo racismo, por exemplo, tem feito do Brasil um dos países que mais mata adolescentes e jovens, e, em muito desses casos no Ceará, vitimados em operações policiais (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2020a).

Um interlocutor durante sua participação no grupo narra essa dinâmica violenta e criminosa das abordagens policiais a partir da vivência de uma ameaça sofrida de ser levado para um território dominado por facção rival. O estudante relatou que estava na calçada com amigos, “aí encostou uma ‘zebrinha’ [viatura], os homens queriam me levar pra outro canto e falaram: “Tu acha que tu volta se nós te levar?” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019). Tais ameaças revelam a face violenta das operações policiais: seja por meio da indução ao assassinato dessas juventudes, já que “Eles levam porque sabem que se for pra lá não volta mais

⁵ Essa fala retrata a experiência de um estudante em que policiais o ameaçaram de conduzirem a outro território dominado por uma facção rival a fim de amedrontá-lo.

não” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019), ou pela atuação direta da abordagem policial, que mata em nome da ideia produzida e propagada que tais jovens carregam naturalmente a propensão ao crime (MISSE, 2010) e, portanto, são inimigos da ordem e da paz, e precisam ser eliminados (MBEMBE, 2017).

Nessa perspectiva, tornaram-se comuns relatos de pessoas assassinadas por policiais - o caso Mizael, de julho de 2020, foi um acontecimento que ganhou repercussão e, atualmente, segue em investigação, assim como o caso da “Chacina de Curió”, ocorrido em 2015, em que muitos policiais encontram-se sob investigação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2020a). Esse exercício necrobiopolítico faz parte da cultura policial. Para Alexander (2017), a discricionariedade policial ampliou com a prática de militarização imposta nas academias de policiais, sobretudo com base em uma política de guerra às drogas. Assim, os efeitos colaterais, as mortes de sujeitos desimportantes ou os excessos de violência tornam-se justificáveis em nome do dever a ser cumprido, na busca pelo “menor”, “bandido”, “traficante”, “envolvido”⁶ e demais atualizações nominais que o sujeito periculoso recebe, embora esse sujeito permaneça o mesmo, visto que a polícia brasileira se utiliza de filtros sociais, raciais, territoriais e de gênero no enquadramento do “elemento suspeito” (RAMOS; MUSUMECI, 2005).

A ficcionalização desse elemento suspeito tem como plano fundo a racialização e genderização no tocante à produção do inimigo, assim como nos processos de desumanização que atuam na formulação de políticas subjetivas de vidas que não são tidas como merecedoras de empatia ou comoção pública (BUTLER, 2016). Acerca da racialização na justiça criminal, Almeida (2018) codifica o racismo como elemento estrutural e estruturante da sociedade brasileira, sendo, para Borges (2019), central na configuração da justiça criminal e seletividade penal. Mbembe (2017) analisa que a raça é uma ficção usada para orquestrar relações de poder que ora humaniza sujeitos brancos, ora animaliza os não-brancos. Essa racionalidade é resquício da lógica colonial, de produção perversa da alteridade e reprodução dos sistemas de exploração e violência, perpetuando-se na colonialidade do saber, poder, ser e do gênero (QUIJANO, 2009; LUGONES, 2014).

Consoante a isso, nossos(as) interlocutores(as) narram que as violências institucionais cotidianas vivenciadas lhes retiram a confiança na polícia, enquanto supostamente instituição de preservação da ordem e proteção, mas, concretamente, operante sob as lógicas da violência

⁶ “Envolvido” diz respeito a uma categoria regional que enquadra adolescentes e jovens a vidas supérfluas e inimigos a serem combatidos. Nasce a partir da suposição de que sujeitos marcados interseccionalmente por raça, classe, gênero e território são tidos como suspeitos a priori e integrantes de facções e do tráfico local (BARROS, 2019; NUNES, 2020).

e da orquestração da morte àqueles julgados como “humanos indireitos” (CAVALCANTE, 2020).

Ao falar das dinâmicas da violência e a atuação da polícia nesta problemática, uma jovem enfatiza: “a minha irmã, que só tem 3 anos, já entende das facções, quem é o que [referindo-se às siglas], que território é qual. Para vocês verem, ela sabe em qual rua não pode entrar. Ela não fala com polícia, começa a chorar com medo” (DIÁRIO DE CAMPO, 30/10/2019). A partir de tal relato, demarca-se que o modo padrão de atuação violenta da instituição policial frente à violência urbana repercute desde muito cedo na trajetória desses jovens, sendo percebido, ainda mesmo na infância, a vivência do território em Estado de exceção, com constantes e permanentes práticas violentas, na busca do combate, punição e aniquilamento daqueles lidos como inimigos (MBEMBE, 2017). Onde a paz e a guerra têm a mesma face.

Na análise de Wacquant (2007), o recrudescimento penal, exposto na violência policial com jovens moradores da periferia, com base na racionalidade neoliberal, ocorre concomitante ao aumento da pobreza e enriquecimento de uma pequena parte da população. Consequentemente, a desigualdade, a segregação espacial, o aprisionamento e falta de acesso à políticas sociais e efetivas tornam-se uma forma de controle social (WACQUANT, 2007). Quando sobreposto a questão racial com a classe, identificamos quem são os sujeitos violentados pelo estado, quem a polícia tem matado em operações policiais, quem está sendo preso(a) ou abordado(a) enquanto andam pela rua de seus bairros, igualmente estigmatizados: nossos(as) interlocutores(as) e seus semelhantes. A intersecção com outros marcadores sociais e identitários amplia ainda mais as violências que policiais são tidos como agressores. Além do território, no caso de ser residente de um bairro visto como “vixe⁷”, a genderização e a racialização também são marcadores que enquadram que vidas estão em maior suspeição.

Em suma, observamos, a partir de suas narrativas, que os(as) estudantes sentem-se acuados e com medo diante das restrições impostas pela violência armada em seus cotidianos. Esses sentimentos podem estar relacionados tanto ao medo de sobrar na dinâmica capitalista empregatícia, por não finalizarem seus estudos ou por não conseguirem acessar oportunidades de profissionalização diante da realidade vivenciada em seus territórios, como pelo medo de serem aniquilados nas dinâmicas bélicas, em que a morte pode vir da polícia ou dos conflitos faccionais. Essa incerteza e falta de perspectiva de futuro não são novidades, sendo apontadas

⁷ Regionalmente, o “vixe” é utilizado em sentido negativo, algo desagradável que deve ser evitado. No sentido geográfico, quando utilizado para caracterizar um território, é perpassado pela dimensão estigmatizante de perigoso e ruim (BEZERRA, 2015).

por Novaes (2006) em sua pesquisa com jovens moradores(as) de bairros periféricos. Para essa autora, o desemprego reflete o medo do futuro, enquanto a iminência da morte é reflexo do extermínio que assola algumas juventudes brasileiras. Essas dinâmicas produzem modos de ser e de estar no mundo intimamente conectados aos “medos de morrer” e “medo de sobrar” (NOVAES, 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o preocupante cenário de aumento no número de homicídios no Ceará nas últimas décadas, e tendo em vista que os(as) jovens negros(as) e pobres são os(as) mais vitimados(as) nas dinâmicas da violência urbana no estado, este artigo buscou analisar os principais efeitos psicossociais da violência armada nas trajetórias de vida e no cotidiano de jovens estudantes de uma escola pública de periferia de Fortaleza, e moradores dos entornos dessa região periférica. Para isso, trouxemos dados de uma investigação de mestrado, que se utilizaram da cartografia como *ethos* de pesquisa-intervenção, realizada com adolescentes em uma territorialidade periférica da capital cearense.

A partir das narrativas de estudantes de uma escola pública de ensino médio de um território periférico, sobressaíram-se, como um dos principais efeitos do acirramento dos conflitos territoriais e do domínio de facções na capital cearense, relatos sobre as restrições de mobilidade urbana vivenciadas por essas juventudes, que, conseqüentemente, impactam no acesso delas a equipamentos sociais, espaços de lazer e políticas públicas, além de provocar efeitos colaterais, como os sentimentos constantes de medo e acuamento. Além disso, destacaram-se também relatos sobre a forte presença da violência policial no cotidiano desses(as) jovens, principalmente daqueles(as) que encarnam a figura do(a) envolvido(a), e os diferentes modos como esta violência se expressa dependendo de quais marcadores sociais atravessam esses corpos. Assim, as duas seções corroboram para a análise de que os modos de subjetivação permeados pelo contexto da violência atingem assimetricamente e interseccionalmente as juventudes brasileiras, produzindo, assim, modos de ser e estar interligados ao “medo de sobrar” e “medo de morrer”.

Dessa forma, observa-se que os processos de subalternização da vida são mais aviltantes a partir de certos marcadores econômicos, raciais, territoriais e de gênero, os quais fabricam, a partir da atualização de tecnologias de base colonial, existências como mais ou menos importantes. As relações de poder que sustentam tais lógicas são mantidas por instituições disciplinares políticas, jurídicas, militares, econômicas, sócio institucionais, religiosas e

culturais, as quais além de possibilitarem a intensificação da violência armada em territorialidades periféricas, produzem processos de exclusão, opressão, silenciamento e extermínio contra as juventudes que habitam esses territórios.

Cabe ainda salientar que não pretendemos aqui enunciar que em todo Brasil esses efeitos ocorrem da mesma maneira com todos(as) jovens ou são os mais aviltantes - ao contrário, nossa discussão deve ser usada como uma das possíveis análises do que seriam os efeitos psicossociais da violência armada nas trajetórias de vida de diferentes juventudes periféricas que vivem uma realidade singular, mas que se conectam em diferentes sentidos. Esperamos que, com esse artigo, seja possível visibilizar e problematizar as relações de poder-saber-subjetivação que mantêm intactas as linhas rizomáticas produtoras da violência letal contra essas juventudes, sendo um suporte teórico-analítico diante dessa complexa dinâmica articuladora de modos de subjetivação nas trajetórias juvenis em territorialidades periféricas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Nota técnica 01/2020**. Coronavírus e homicídios: o Ceará sob duas epidemias. Fortaleza, 2020a. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2020/05/nota3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2019 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2020b. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/RelatorioCadaVidaImporta_20192.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas Periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, p. 115-126, 2018.

BARROS, J. P. P. et al. Criminalização, Extermínio e Encarceramento: Expressões Necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V. F. R. et al. (org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, v. 1. p.209-238.

BARROS, J. P. P. ; SILVA, D. B. ; GOMES, C. J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. *In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). **Pesquisar com as psicologias**: artesanias e artifícios. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 10, p. 205-226.*

BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *In: **Pistas do Método da Cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2. PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S (org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2013.*

BARROS, R. G. B. Dispositivos em ação: o grupo. *In: SILVA, A. E. et al. (org.). **SaúdeLoucura 6**: subjetividade questões contemporâneas. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 183-191.*

BARROS, R. G. B; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 172-200.*

BENICIO, L. F. S. et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza-CE. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO (ONLINE)**, v. 38, p. 192-207, 2018.

BENTO, M. A. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (org.). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 25-58.*

BEZERRA, L. M. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. 471f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018. Coleção Feminismos Plurais - Coordenação de Djamila Ribeiro.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida não é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CAVAGNOLI, M.; MAHEIRIE, K. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. **Fractal: Revista de Psicologia [online]**, v. 32, n. 1, p. 64-71, 2020.

CAVALCANTE, R. M. B.; ALTAMIRANO, T. H. (org.). **Fortaleza armada**: consequências humanitárias em territórios demarcados pela violência. Fortaleza: Instituto OCA, 2019.

CAVALCANTE, C. **Humanos Indireitos?:** Modos de Subjetivação de Adolescentes e Jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

CAVALCANTE, L. F. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim**: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p.171-188. 2002.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? *In: Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**: Por uma genealogia do poder. (13 ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs**, p.223-244, 1984.

GUERRA, A. M. C. Alguns princípios teórico-políticos para intervenções com juventude: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? *In: LOPODENTE, M. L. G. et al. (org.). Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

HAMANN-NIELEBOCK, E.; CARVALHO, I. S. A violência armada e seus impactos sobre a população civil: um fardo necessário?. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 1, 2008.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jessica Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Santa Catarina, v. 22, n. 3, p. 935-952. 2014.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MISSE, M. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de uma contribuição analítica da categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 105-120, 2006.

NUNES, L. F. **"Quando eu vi, tava envolvida": atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade**. 2020. 243f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, S. A violência que tira o direito à educação: Entre os motivos da evasão escolar no Ceará está a territorialidade imposta pelas facções criminosas. **O Povo online**, Fortaleza, p. 1-2, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/04/a-violencia-que-tira-o-direito-a-educacao.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PAIVA, L. F. S. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cadernos CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/26375>. Acesso em: 22 jul. 2021.

PAIVA, L. F. S. **Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará**: Cada vida importa. Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza, CE: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência; Assembleia Legislativa do Ceará, 2018.

PASSOS, L. M.; CARVALHO, A. M. Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. **O público e o privado**, v. 1, n. 26, 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia 2**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Portugal, Gráfica de Coimbra, 2009, p. 73-118.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005 (Coleção Segurança e Cidadania).

SILVA, D. B. **Devir periférico-bixa**: entre alianças, movimentos e resistências de coletivos LGBTQIA'S em Fortaleza. 2019. 83f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia 2**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

TÚLIO, D.; PAIVA, T. Violência das facções atravessa escolas: No Grande Jangurussu, mais de 100 alunos de uma única instituição solicitaram transferência ou abandonaram os estudos, todos por medo ou ameaças de grupos criminosos. **O Povo online**, Fortaleza, p. 1-2, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/01/violencia-das-faccoes-atraversa-escolas.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

COMO CITAR

CAVALCANTE, L. F. et al. EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA ARMADA NO COTIDIANO DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA PERIFERIA DE FORTALEZA. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.1, p. 26-44, 2022.